

■ O USO DO ASSISTENTE DE LINGUAGEM EM MISSÕES DE PAZ DA ONU – BENEFÍCIOS E RISCOS

Israel Alves de Souza Júnior¹

RESUMO

Sempre que pensamos em operações de paz, somos remetidos às negociações realizadas em meio aos conflitos atuais que permeiam o mundo moderno. Estas negociações ocorrem em condições de risco ou de grandes desafios. Torna-se, portanto, óbvio, que a comunicação interfere significativamente no sucesso da missão. Assim, este artigo visa discutir os riscos e benefícios ao se empregar os assistentes de linguagem em missões de paz da ONU, apresentar o perfil desejável deste relevante prestador de serviço e fazer uma reflexão sobre os erros e acertos no emprego do assistente de linguagem no terreno.

Palavras-chave: Assistente de linguagem, ONU, operações de paz, perfil, riscos e benefícios.

1. INTRODUÇÃO

De acordo com Fontoura (2009), no mundo atual, marcado por conflitos em diferentes regiões, as Operações de Manutenção da Paz (OMP) lançadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) constituem a expressão mais eloquente do compromisso solidário da comunidade internacional com a promoção da paz e segurança. Sua origem remonta ao período entre 1919-1939, mas, como tais, as operações de paz não foram

1 Capitão do Quadro Complementar de Oficiais (QCO) do Exército Brasileiro, professor, tradutor, intérprete e coordenador do Estágio para Tradutores e Intérpretes Militares (ETIMIL) do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB). Em 2012, chefiou a Seção de Intérpretes do 16º Contingente da Companhia de Engenharia de Força de Paz (BRAENGCOY) na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH).

previstas na Carta da ONU escrita em 1945, evoluindo gradualmente na instituição. As OMP representam uma resposta às transformações e desafios de um mundo globalizado, no qual tensões étnicas, religiosas, sociais, políticas e ideológicas se multiplicam e se reforçam.

No imediato pós-Segunda Guerra, o sistema de segurança coletivo instituído pela Carta da ONU não pôde ser aplicado. Assim, em que pese as dificuldades, a ONU desenvolveu operações de paz como um valioso instrumento para se fazer presente em áreas de conflitos, a fim de incentivar as partes envolvidas a resolverem suas disputas por meios pacíficos, preferencialmente, utilizando o diálogo e a negociação como base; desta forma, criando condições favoráveis à superação das diferenças sem o recurso da força. Havia, a partir daí, a necessidade de se estabelecer uma forma de comunicação eficaz entre as tropas ou os observadores militares enviados às áreas de conflito e a população local, quer seja esta composta por opressores ou oprimidos. Era preciso ouvir, entender, para então se fazer compreender, negociar e, por fim, resolver as disputas.

Conforme Edwards (2002), quando pensamos em negociações de paz realizadas pela ONU, automaticamente somos redirecionados para acordos de vertente internacional entre líderes de várias nações. Estas negociações, em regra, são altamente visíveis² e utilizam negociadores profissionais, incluindo intérpretes também profissionais³ e altamente capacitados. Normalmente, este tipo de negociação ocorre longe do terreno, talvez em um hotel ou em uma base militar, ou na própria sede da ONU, por exemplo.

2 A questão da visibilidade aqui descrita é devido ao fato de esse tipo de negociação ser amplamente divulgado pelas diversas mídias televisiva, impressa, digital etc. alcançando, assim, uma enorme parcela da população mundial.

3 Importante ressaltar que nem todos os indivíduos que prestam o dito serviço de interpretação têm formação ou experiência de trabalho que valide esse ato. Em geral, nas OMP, é um serviço prestado por um local que simplesmente aprendeu um pouco de um determinado idioma estrangeiro.



Figura 01 – Reunião do Conselho de Segurança da ONU para decidir sobre questões envolvendo a paz e segurança internacionais.

Negociações no terreno, no entanto, entre militares e civis, no contexto das missões de paz contemporâneas, i.e., em condições de risco ou de grandes desafios, que utilizam assistentes de linguagem locais, constituem outro nível de negociação; ao ponto de que sem comunicação, não haverá negociação. É, aqui, de forma óbvia, que a comunicação interfere diretamente no sucesso da missão.

Na categoria de civis, atuando como intermediários linguísticos, i.e., assistentes de linguagem, no contexto do desdobramento de tropas, há dois grupos distintos: um que representa civis oriundos do país contribuinte com tropas; e outro representado por civis, habitantes locais, contratados pelo componente militar ou pela própria estrutura da missão, no país anfitrião. Esse último grupo permanece por muito tempo prestando

serviço para a missão, mesmo com os rodízios de tropas e pessoal civil ou mudanças no escopo da missão, pois fazem parte da sociedade local (KELLY; BAKER, 2013).

Na MINUSTAH⁴, por exemplo, os assistentes de linguagem assinam um contrato de trabalho por tempo determinado⁵, que pode ou não ser renovado pela Missão. Em geral, recebem, em média, um valor mensal de mil e duzentos dólares americanos pelo serviço prestado. Suas avaliações, que poderão garantir a renovação do contrato, são, mormente, realizadas pelos supervisores imediatos, ou seja, pessoas com os quais trabalham diretamente, e enviadas para o Departamento de Pessoal do QG⁶ da Missão onde serão analisadas pelo setor responsável.



Figura 02 – Observador militar acompanhado de assistente de linguagem, em negociação no terreno.

Diante das dificuldades de comunicação apresentadas nos teatros de operações, tornou-se importante, então, o emprego de habitantes locais,

4 Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti.

5 Geralmente os contratos de trabalho dos assistentes de linguagem têm duração de 01 ano.

6 Quartel-General ou base principal da Missão no país anfitrião.

que soubessem falar outro idioma, na maioria das vezes, o inglês, para que a comunicação entre os militares ou civis com os opressores ou oprimidos, em determinada região do mundo, ocorresse a contento. Estes cidadãos civis, que tinham a habilidade de se comunicar tanto em seu idioma local como em outro de importância internacional, foram denominados pela ONU como assistentes de linguagem (LA), pois auxiliavam os militares ou civis empregados nas operações de paz durante processo de resolução de conflito, em prol da paz mundial.

2. DESENVOLVIMENTO

Escolhas das Línguas de Trabalho em Missões de Paz da ONU.

A segurança operacional de uma missão é diretamente afetada pelo uso ou não da língua local. É extremamente importante entender a cultura de um país ou região onde se instalou o conflito para se atingir o objetivo final. Quando falamos de cultura, não podemos nos abster de falar em língua, pois a mesma faz parte do conjunto identidade-língua-cultura, bases para a formação das características de determinado povo.

Seguindo este preceito, as operações de direitos humanos no Haiti, por questão de princípios, fizeram questão de usar a língua local como copartícipe da missão. Todas as missões deveriam fazer o mesmo se a língua local não for uma das línguas de trabalho da ONU⁷.

⁷ Este é um imperativo das ações de direitos humanos no terreno.



Figura 03 – As seis línguas oficiais de trabalho da ONU (árabe, chinês, inglês, francês, russo e espanhol)

A escolha das línguas de trabalho na missão de paz da ONUSAL⁸ (El Salvador), por exemplo, foram inglês e espanhol. Da mesma forma, a missão em Ruanda incorporou o uso do inglês, francês (língua da elite) e kinyarwanda (língua falada pela maior parte da população). No caso do Haiti, o crioulo haitiano é a língua da maioria; entretanto, há uma pequena parcela, mais abastada, da população que também faz uso do Francês.

Torna-se evidente, portanto, que militares e civis enviados para trabalhar em áreas de conflito, integrando missões de paz em seus diversos setores, deveriam dominar o mínimo de cada língua local, a fim de demonstrar e ganhar respeito da população local.

Todos os atores no terreno, também, deveriam saber utilizar de forma adequada o intérprete na missão. O uso do intérprete se faz necessário quando informações precisas e/ou sensíveis são solicitadas ou transmitidas. Conforme o nível de estresse aumenta, a habilidade individual de um indivíduo de se expressar em uma língua estrangeira cai drasticamente. Desta forma, em circunstâncias especialmente sensíveis, o uso do intérprete para minimizar potenciais mal-entendidos é de grande prudência.

⁸ Missão de Observadores das Nações Unidas em El Salvador.

Um intérprete deve ser capaz de traduzir em duas direções – de sua língua para língua estrangeira e da língua estrangeira para a sua, sem o uso de dicionários como muleta. Consideremos, a partir deste ponto, somente o emprego do assistente de linguagem nas missões.

Assistentes de Linguagem: Para Quê? Quais os Benefícios?

Se analisamos as várias missões de paz da ONU, desdobradas em diferentes regiões do mundo, entendemos que o papel dos assistentes de linguagem é de um intermediador cultural entre as partes envolvidas, cujas línguas maternas e/ou estrangeiras não são as mesmas. Cabe aqui destacar que deveria ser utilizado, sempre que possível, um cidadão local, pertencente à determinada etnia ou comunidade para transmitir mensagens sensíveis, e, assim, auxiliar na resolução de possíveis problemas de comunicação. Mormente, o processo de interpretação utilizado pelos diversos assistentes de linguagem segue dois modelos: o de consecutiva e o de simultânea sussurrada.

A interpretação consecutiva é, em geral, utilizada em negociações, em que o assistente de linguagem espera uma das partes terminar de enunciar sua mensagem para, então, transmitir toda informação ouvida para a outra parte envolvida. Intérpretes profissionais normalmente tomariam notas do que é dito, utilizando um ideograma próprio, para só depois reproduzir a informação. Como estamos tratando de assistentes de linguagem, já vemos aqui possíveis problemas no terreno: perda ou deturpações de informações importantes.

Na interpretação simultânea sussurrada, o assistente de linguagem terá que ouvir, decodificar, recodificar e transmitir a mensagem em tempo real, sem pausas, para uma das partes. Não há espaço, aqui, para atrasos

demasiados e tempo para pensar, pois implicaria perda de conteúdo daquilo que foi enunciado.

Cabe ressaltar que os assistentes de linguagem não têm formação na área de tradução ou interpretação. De acordo com o material de treinamento especializado da ONU⁹, esses são cidadãos locais, sem treinamento profissional em interpretação e que funcionam como se fossem embaixadores para as tropas, observadores militares e civis, no país onde eclodiu o conflito.

Por que utilizá-los se não são profissionais, então? Simplesmente pelo fato de não haver intérpretes profissionais que atuem em pares de idiomas ou dialetos tão específicos como os encontrados nas diversas áreas de missão, e também, porque esses indivíduos conhecem bem a cultura local. Eles atuam como se fossem o portavoz de Relações Públicas do soldado da paz ou do civil empregado na área da missão; podendo dar sugestões sobre a melhor forma de se proceder com a população local, de variados costumes e cultura, identificando, ainda, nuances e sutilezas que, por nós, poderiam, facilmente, passar despercebidas.



Figura 04 – Assistente de linguagem intermediando conversa entre militar e habitante local.

9 Em material de treinamento especializado da ONU para especialistas em missões (UM STM- MEoM- 2.2).

Muitos soldados da paz já entenderam, muitas vezes por passarem por dificuldades, que há diferentes vieses em culturas. Perceberam que por estarem acompanhados de representantes locais que conheciam bem os costumes e a língua local, isto demonstrava o respeito que tinham por determinado povo, e ganhando vantagem no processo de comunicação. Receptividade e boa vontade ajudam demais quando não se conhece bem um idioma.

Ademais, o conhecimento que os assistentes de linguagem acumulam com o passar dos anos é de grande relevância para o pessoal militar e civil que chega a área de missão. No caso dos militares desdobrados em área de conflito, a ligação entre o líder comunitário local com o recém-chegado militar será feita através do assistente de linguagem, familiarizando-os com os contatos importantes em determinada área da missão. Assim, os LA se tornam figuras indispensáveis em momentos de rotação de contingentes, observadores militares, pessoal civil engajado no processo de pacificação etc. Eles, de certa forma, ajudam a preparar o terreno para os que chegam, fazendo uma ponte com os contatos locais chaves e com o pessoal que deixa a missão.

O Perfil Desejável para um Assistente de Linguagem em Missões de Paz da ONU

A comunicação em outro país pode ser correta¹⁰ ou permeada de erros, corroborando com o sucesso ou insucesso de uma importante missão de paz. O trabalho dos assistentes de linguagem é justamente o de construir uma ponte de comunicação entre as partes conflitantes, permitindo o andamento adequado das negociações dos acordos de paz. Os assistentes de linguagem que trabalham com observadores militares da ONU

¹⁰ O termo “correta” se refere aos meios adequados para se estabelecer a comunicação no terreno.

(UNMO) têm um papel vital neste processo, cujas condições são, em sua maioria, perigosas e estão em constante mudança. Essas mesmas condições requerem que os assistentes de linguagem demonstrem habilidades como coragem e persuasão. Junto com os observadores militares desarmados no terreno, eles formam uma equipe de trabalho.

Os pré-requisitos primários para o emprego bem sucedido de um assistente de linguagem são proficiência e competência linguística, e, ainda, atitudes desprovidas de qualquer preconceito. Desnecessário dizer que o possível assistente de linguagem deva ser bilíngue no que tange às línguas de partida e chegada.

É importante que haja um adequado processo de seleção e entrevista oral para que a avaliação abranja o conhecimento geral e a aptidão para interpretação dos futuros assistentes de linguagem.

Igualmente, o futuro LA deve demonstrar competência para trabalhar de forma rápida e precisa. Outro fator seria o de encontrar candidatos à função que não tenham qualquer tipo de ressalva cultural ou religiosa, pois isto afetaria, sobremaneira, a qualidade final da interpretação e a missão como um todo. Talvez, este seja um dos requisitos mais difíceis de ser preenchido.



Figura 05 – LA da BRAENGC0Y 16 na MINUSTAH, acompanhados pelo Chefe da Seção de Intérpretes.

Os LAs empregados na UNPROFOR¹¹ I e II, na antiga Iugoslávia, eram habitantes locais classificados em postos¹² de acordo com suas experiências anteriores. Conforme o esperado, eles tinham certo grau de educação formal, mas não tinham nenhum treinamento prévio em interpretação ou tradução.

De acordo com o documento VA Nr UNMISS-GS-13-116, de 04 de novembro de 2013, emitido pela UNMISS¹³, observa-se que a missão no Sudão do Sul estabeleceu, em consonância com as diretrizes emanadas pela ONU, os critérios para a candidatura de sudaneses ao cargo de assistentes de linguagem oferecido naquela missão. Cabe ressaltar que as mulheres, igualmente qualificadas, receberiam prioridade durante o processo seletivo, devido ao aporte documental¹⁴ emanado pela ONU.

11 Força de Proteção das Nações Unidas na Iugoslávia.

12 Os cargos variavam entre GSL-2 e GSL-5, conforme o preconizado pela ONU e a Missão.

13 Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul.

14 DPKO *Under-Secretary General's Policy Statement on Gender Mainstreaming*.

Para ilustrar este assunto, vejamos, a seguir, a descrição das tarefas a serem desempenhadas pelos LAs, supervisionados pelos UNPOL¹⁵ e MLO¹⁶ na UNMISS. São elas:

1. Prover o serviço de interpretação, em reuniões e conferências entre representantes da ONU e líderes locais, no par de idiomas árabe < > inglês ou de dialeto local para inglês, e vice-versa;
2. Executar tradução à prima vista (TPV) e tradução escrita de documentos relevantes para o mandato da UNMISS;
3. Coordenar e agendar reuniões, preparando minutas, se forem necessárias;
4. Escrever mensagens em árabe e inglês;
5. Organizar o sistema de arquivos com materiais relevantes para o local de trabalho;
6. Prestar apoio administrativo de forma abrangente e oportuna;
7. Acompanhar as patrulhas de longa e curta distância da ONU; e
8. Desempenhar quaisquer tarefas conforme solicitação.

A execução das atividades supracitadas é reforçada pela análise das competências que os candidatos ao cargo de LA deverão demonstrar. Vejamos abaixo as seguintes competências essenciais definidas pela ONU:

1. Profissionalismo¹⁷;
2. Orientação ao cliente¹⁸;

¹⁵ Polícia das Nações Unidas.

¹⁶ Oficial de ligação militar.

¹⁷ Habilidade para trabalhar, independente de supervisão, e permanecer calmo diante de situações estressantes.

¹⁸ Habilidade para desenvolver e manter relações de trabalho eficazes com subordinados, pares e superiores.

3. Comunicação¹⁹;
4. Trabalho em equipe²⁰; e
5. Planejamento e Organização²¹.

Ainda, na tentativa de se estabelecer um padrão de qualidade para a candidatura dos habitantes locais ao cargo de LA, exigem-se, ainda, qualificações como:

1. Educação – diploma de ensino médio ou superior. É desejável, e não mandatório, que se tenha treinamento especializado em tradução e interpretação;
2. Experiência prévia – desejável quatro anos de experiência na área, com alto grau de capacidade analítica e, ainda, se possível, experiência de trabalho em ONG e/ou ONU;
3. Conhecimentos linguísticos – Fluência escrita e oral em inglês e árabe. Conhecimento de dinka²² é essencial; e
4. Outras habilidades – carteira de motorista na validade; altamente desejável.

19 Habilidade para escrever de forma clara e concisa, e ainda, para se comunicar oralmente de maneira eficaz.

20 Nítida inteligência interpessoal. Habilidade para trabalhar em ambiente multicultural e multiétnico, com demonstrada sensibilidade e respeito à diversidade. Ainda, abarca a competência de orientação ao cliente.

21 Habilidade para planejar o próprio trabalho de forma eficaz, sob estresse, sabendo priorizar as atividades e lidar com múltiplas tarefas e prazos exíguos.

22 Língua falada por grupo étnico do Sudão do Sul, habitando a região do Bahr al-Ghazal, Junqali e partes do Cordofão do Sul e do Alto Nilo.



Figura 06 – Observadores militares acompanhados por LA, em patrulha no Sudão do Sul.

Ao analisarmos o perfil profissiográfico para o assistente de linguagem a ser empregado no terreno, em especial, nesse caso do Sudão do Sul, percebemos que há uma grande disparidade entre a realidade e o ideal. Em conversas com ex-integrantes de missões de paz em que havia a presença do LA, fica caracterizado que o uso real do LA está muito aquém do que o solicitado por essa oferta de vaga para LA na missão do Sudão do Sul. Ao acompanharmos de perto o trabalho e conhecermos o histórico dos habitantes locais, mormente empregados nessa função, vemos que, na maioria das vezes, o LA completou somente o ensino médio nunca trabalhou com tradução e/ou interpretação, aprendeu a se comunicar em inglês com todos os problemas de pronúncia possíveis, o que não significa conhecer a língua com profundidade para ser empregado como tradutor/intérprete e não apresenta conhecimentos de planejamento organizacional ou mesmo habilidade para trabalhar em equipe. Afora muitos outros

problemas²³ que ocorrem durante o emprego do LA em missões de paz, fica evidente que o uso do assistente de linguagem pode apresentar riscos ao cumprimento da missão dos militares e civis engajados no processo de pacificação de uma área de conflito.

2.3 Riscos no Emprego do Assistente de Linguagem em Missões De Paz Da Onu

As negociações em missão de paz são muito mais complexas do que em circunstâncias normais devido à tensão política e social, geralmente caracterizada por rumores, desconfiança, preconceitos, estereótipos negativos, etc. O negociador terá que se comunicar com pessoas de outra cultura, sem compartilhar assim o mesmo idioma, e vivenciando situações de estresse, em determinado contexto em que as pessoas se tornam facilmente irritáveis. Por conta disso, se deposita muita confiança no trabalho daquele que irá apoiar a comunicação: o intermediário linguístico.

Quando se trabalha com intérpretes não profissionais durante as missões de paz, há o risco inerente de represálias aliadas ao estresse de se trabalhar em áreas perigosas. Ademais, estão igualmente presentes riscos capazes de manchar a imagem do pessoal diretamente envolvido na resolução do conflito, a imagem do país contribuinte com tropa, militares ou mesmo civis, e, por fim, a imagem da missão com um todo. Isso sem contar os danos colaterais advindos da não observância de princípios como neutralidade, imparcialidade etc. Assim, podemos citar riscos como convicções religiosas e partidarismos políticos-ideológicos, etnia, motivação, grau de envolvimento com a situação-problema, comunicabilidade e confidencialidade.

²³ Falta de comprometimento com o trabalho, atrasos frequentes, faltas não justificadas, confiabilidade, e discricção.

Nas missões, por exemplo, pode ser que haja algum episódio em que o assistente de linguagem queira anotar determinada informação durante uma entrevista com um líder de comunidade local e um observador militar. Se essa informação for relativa a assunto sensível, é possível, e não tão raro quanto se pensa, que as notas sobre aquela informação sejam confiscadas durante a passagem do LA e do observador militar por um posto de verificação ao longo do percurso de volta para a base²⁴.



Figura 07 - Observador militar entrevistando habitante local com o apoio do LA.

É, então, extremamente importante saber que as notas eventualmente tomadas por assistentes de linguagem devem ser entregues ao militar ou civil responsável, e se possível, imediatamente destruídas, a fim de evitar complicações para os indivíduos envolvidos e para a missão em si.

Outro ponto relevante para se abordar é o grau de confidencialidade e discrição do assistente de linguagem. Vale lembrar que o LA é um

²⁴ Na questão envolvendo bósnios e sérvios, na antiga Iugoslávia, há relatos de vários episódios como esse, inclusive há um que cita o confisco de notas de um negociador da ONU durante sua passagem pelo posto de verificação montado em uma estrada.

habitante local que presta serviços de tradução/interpretação para a missão. Se o LA é local, é preciso, então, que a célula de inteligência/informações da missão tenha conhecimento da vida pregressa do LA, bem como um controle bastante aproximado de seus atos durante a prestação do serviço. Qualquer ruído de comunicação neste ponto poderá causar um pequeno ou grande dano à missão, que nem sempre terá como ser revertido. Informações confidenciais não deverão ser discutidas na frente dos LA, garantindo, assim, a segurança da missão e do próprio assistente de linguagem em serviço.



Figura 08 – Assistente de linguagem utilizando colete e capacete, como os militares, por questões de segurança.

Vejamos um incidente real que ocorreu com uma equipe da ONU, na MONUSCO, há alguns anos, e que serve de lição aprendida no que se refere ao uso do assistente de linguagem (LA). Uma equipe composta por representantes da célula de assuntos civis e observadores militares tentava conduzir uma inquirição/entrevista acerca de uma emboscada, em que

algumas pessoas foram roubadas e outras assassinadas. A equipe da ONU tinha por missão o levantamento de informações relativas ao ocorrido e, assim, decidiu falar com o grupo rebelde mais forte daquela área. Como eles vinham de outro local, a equipe da ONU precisava de três LA: o líder da equipe da ONU falava em inglês, enquanto o primeiro LA traduzia para o árabe; o segundo LA retraduzia para um dialeto local; e o terceiro LA traduzia para a língua local falada pelo grupo rebelde. A equipe da ONU começou a entrevista de forma progressiva, com saudações e pequenas conversas. Após uma hora de socialização, o líder da equipe expôs a questão chave. “Vocês são o grupo mais forte desta área. Com certeza, vocês podem nos ajudar dizendo quem cometeu o crime”. Assim que os três LA terminaram suas interpretações, a atmosfera mudou subitamente, sem sorrisos, e com expressões faciais carregadas. Para agravar, o líder da equipe sentiu o cano frio de uma arma contra sua cabeça. Depois de um longo e congelante minuto, o chefe dos rebeldes começou a gargalhar e falar com os outros. Como ele sabia um pouco de árabe, mencionou que o primeiro LA cometera um erro de interpretação ao transmitir a mensagem da ONU; em vez de manter o sentido original, ele traduzira o seguinte: “Eu sei que vocês cometeram esse crime”. (UN CIMIC – STM, 2014) – Traduzido pelo autor²⁵.

25 Here is a real incident that occurred in MONUSCO a few years ago to a UN team, and that could be useful to display here as a “Lessons learned” when it comes to working with Language assistant (TA). A Team composed of civil affairs and MILOBS officers was to trying to make an inquiry about an ambush where some people had been robbed and some of them killed. The UN Team was tasked to find out any relevant information about this drama and decided to meet with the toughest rebel group stationed in the area. As they were from another place, the UN Team needed three Las: UN-Team leader was speaking in English, the 1st LA was translating in Arabic, the 2nd LA was retranslating in a local dialect and the 3rd one was translating in the local language spoken by the rebel group. The UN Team started progressively, with greetings and small talks. After one hour of socialisation, the Team leader put the question on the table for which they came. “You are the strongest group in the area. For sure, you can help us by telling us who perpetrated the crime”. After the three LAs finished their translation, the atmosphere suddenly changed, no more smiles, closed expressions on their faces. To top it all, the Team leader felt the cold barrel cold of a gun behind his head. After one long minute of frozen situation, the chief of the rebels started to laugh and to talk with the others. As he knew a little bit of Arabic, he pointed out that the 1st LA mistranslated the UN sayings; instead of the original meaning, he translated “I know you did perpetrate the crime”.



Figura 09 – Observadores militares e LA em patrulha no Sudão

A partir do que foi descrito no parágrafo anterior, podemos estabelecer duas hipóteses: ou o assistente de linguagem pereceu no processo de tradução/interpretação por não ter bom domínio das línguas de trabalho, ou o mesmo LA absteve-se da imparcialidade, com a qual deverá sempre atuar, e resolveu emitir seu próprio juízo da situação, culpando o grupo rebelde pelo crime. É, assim, igualmente importante que os usuários dos serviços de interpretação providos pelos assistentes de linguagem em missões de paz, sempre conversem previamente com seus LAs, estabelecendo critérios e *modus operandi* a ser seguido durante os eventos, a fim de evitar possíveis danos colaterais, resultando em algo perigosamente imprevisível.

Episódios, como esse da MONUSCO, podem ser extrapolados em conceito e possibilidades, nos fazendo refletir sobre as possíveis causas de eventos como os do genocídio ocorrido em Ruanda e o massacre em Wali Kali, na fronteira do Congo com Ruanda. Ambas as atrocidades podem

ter como uma de suas causas a questão da inabilidade das tropas, militares ou civis que atuavam na região do conflito em se comunicar no idioma/dialeto local, e, por conseguinte, utilizar de forma indevida o assistente de linguagem como ponte de comunicação entre as diferentes culturas e línguas. Será que os habitantes locais utilizados naqueles momentos como LA foram imparciais? Tinham bom domínio das línguas de trabalho? Preparo mínimo para atuar na área tradutores e/ou intérpretes? São questionamentos pertinentes, e cujas respostas poderiam ou não ajudar a evitar ou prevenir os fracassos que marcaram a história da humanidade e das missões de paz.

Muitos dos assistentes de linguagem empregados em missões de paz em todo o mundo passam ou passaram previamente por experiências traumáticas, sejam elas diretas ou indiretas. Perseguição, tortura, terrorismo físico ou psicológico, e exílio são algumas das cicatrizes psicológicas que podem ser refletidas em dificuldades familiares ou aumento do nível de estresse. Diante desse quadro, muitos LA não seriam uma opção segura para o bom andamento da missão, cumprimento do mandato e do objetivo final, visto que estariam corrompidos por suas necessidades básicas e por seu instinto natural de autopreservação.

É vital que os atores das missões de paz presentes em área de conflito, incluindo os assistentes de linguagem sejam desprovidos de qualquer tipo de preconceito, em sua acepção básica de pré-definição. Para bem ilustrar essa questão, podemos citar um caso em que observadores militares recusaram o serviço de determinado LA, pois o mesmo pertencia a uma família que pleiteava a posse de um terreno, objeto de litígio entre as partes envolvidas. Decisão acertada e crucial para a resolução final da disputa.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fica evidenciado que o assistente de linguagem (*language assistant*) contratado para exercer a função relativa às áreas de tradução e interpretação em missões de paz, ou em qualquer outra missão, precisa ter uma preparação prévia que acolha as especificidades deste campo de estudo da Linguística Aplicada²⁶. Na história mundial, no que tange à prestação do serviço de tradução e interpretação, observamos que muitos acordos de paz foram selados devido aos bons serviços executados; entretanto, conflitos eclodiram e situações se agravaram, também, por conta de maus serviços de interpretação e tradução. Um erro de interpretação em uma negociação do processo de paz pode gerar grande mal-estar entre as partes envolvidas, e, deste modo, indeferir a solução do problema em questão. Perdas poderão ser irreversíveis e danos irreparáveis, sejam no aspecto humano, material ou institucional.

Deste modo, é fácil concordar plenamente com Tassini (2012) e Guillet (2012) que tradutores e intérpretes nunca poderão ser formados da noite para o dia. A inexperiência aliada à simples boa vontade não poderá dar conta de todos os aspectos técnicos necessários para que se preste o devido apoio linguístico. A experiência com os pares de idiomas de trabalho, culturas diferentes e conhecimento de mundo contam demasiado no desempenho deste tipo de profissional, e isto leva tempo.

Traduzir não se restringe à operação elementar da busca da correspondência dos vocábulos. Arte, muito mais complexa e sutil, deverá harmonizar aquelas duas outras, já de si tão delicadas, a de ler e a de escrever (SILVEIRA, 2004). O que para muitos parece ser muito fácil ou não precisa de tanta atenção por ser um serviço secundário, é na verdade

26 Em DUBOIS, J. Dicionário de linguística. São Paulo: Cultrix, 1978.

parte essencial do processo de resolução de conflitos. Está presente, quase sempre, nas fases de negociação/mediação, bem como em atividades de levantamento de dados locais, monitoramento da situação etc.

Para Kelly e Zetsche (2012), não há desafio intelectual maior do que construir pontes de significados entre os diferentes idiomas, preservando, porém suas individualidades linguísticas e suas identidades culturais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- EDWARDS, Victoria. The Role of Communication in Peace and Relief Mission Negotiations. In Translation Journal. 2001.
- FONTOURA, Paulo Roberto C. T. Brasil:60 anos de operações de paz. 1ª ed. Rio de Janeiro: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, 2009. GUILLET, Jaime. Interpreters and translators: stories of people who've done it. 101 Publishing.2012.
- KELLY, Nataly; ETZSCHE, Jost. Found in translation: how language shapes our lives and transforms the world. 1ª ed. Perigee, 2012.
- KELLY, Michael; BAKER, Catherine. Interpreting the Peace – Peace Operations, Conflict and Language in Bosnia-Herzegovina. Palgrave Macmillan, 2013.
- SILVEIRA, Brenno. A arte de traduzir. São Paulo: Melhoramentos, 2004. TASSINI, Adriana. The translator training textbook. GTI, 2012.
- UNITED NATIONS. UN Peacekeeping PDT Standards, Specialized Training Material for Military Experts on Mission. 1st Edition, 2009.
- UNITED NATIONS. UN Civil-Military Coordination (UN-CIMIC) Specialized Training Materials. 1st ed. (2014)
- LEITURA COMPLEMENTAR
- AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz (org.). Brasil em missões de paz. São Paulo: Usina do Livro, 2005.
- FAZLI, Shah. Interpreter. Kindle edition, 2012.
- HARI, Daoud. The Translator: A Tribesman's Memoir in Darfur. Penguin Books, 2008.
- PHELAN, Mary. The interpreter's resource. UK: Kindle, 2001.
- SAMUELSSON-BROWN, Geoffrey. A practical guide for translators.5ª ed. UK, 2010.
- TAYLOR-BOULADON, Valerie. Conference interpreting: principles and practice. 3ª ed. Austrália, 2011.